

Estudo Técnico Preliminar 13/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08455.023991/2023-67

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem como objetivo atender as necessidades dos serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, diurna e noturna, de forma a garantir a segurança das instalações da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro e no Depósito de Veículos da Ilha do Governador, a fim de assegurar a integridade física dos servidores e dos que eventualmente transitam nas instalações do Órgão, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio, decorrente da ação de terceiros ou colaboradores do Órgão.

Trata-se de serviços prestados de forma contínua pela essencialidade, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão de modo que sua interrupção comprometa a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional, nos termos do artigo 15 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio 2017. Logo, infere-se que a contratação é imprescindível às atividades do órgão podendo ocasionar paralisação e/ou comprometer a continuidade das atividades da própria PF.

A terceirização desses serviços torna-se necessária para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada, uma vez que a PF não dispõe em seu quadro de pessoal, e nem em seu Plano de Cargos e Salários, a previsão de recursos humanos especializados para o atendimento de serviços dessa natureza.

Os serviços terceirizados demandados destinam-se à realização de atividades administrativas, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do Órgão, conforme dispõe o Decreto nº 9.507/2018, necessários ao bom funcionamento da Polícia Federal, e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

No ponto, deve-se também fazer referência às vantagens operacionais e gerenciais proporcionadas pela terceirização. Com ela, a Administração pode contar com a mão-de-obra de vigilância por um custo reduzido, principalmente se considerada a modalidade de licitação a ser adotada, o Pregão Eletrônico, que tem gerado grande economia aos cofres públicos, fato este tão evidente que acabou por tornar obrigatória para contratação de serviços comuns pela Administração Pública, através do Decreto 10.024/2019.

A quantidade de postos a serem contratados foi apurada considerando a extensão, quantidade de edificações e particularidades das unidades licitadas, bem como a legislação vigente, a saber: IN nº 5/2017- MPDG/SEGES e alterações.

Considerando o alto índice de acessos de pessoas, veículos particulares e veículos de cargas na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, conforme apresentado no Despacho AEDI/SR/PF/RJ (30108208), nota-se a necessidade de haver um posto de vigilante líder, com adicional de 12% em cima do salário base, visando orientar, liderar e engajar a equipe para que os mesmos estejam alinhados com as atribuições e peculiaridades do local.

Justifica-se os mesmos quantitativos de postos 12x36 noturnos, em relação aos postos diurnos, no Depósito de Veículos da Ilha do Governador, pela necessidade de se manter a presença do vigilante no período de 24 horas ininterruptas, tendo em vista as particularidades dos postos; características de pátio aberto sem controle de acesso e cercamento inadequado; e áreas com diversas formas de acessos, contendo materiais e equipamentos de alto custo, que precisam ser protegidos sobretudo no período noturno onde o órgão fica vulnerável.

O incremento de postos armados se faz necessário, em ambas localidades, tendo em vista o aumento do grau de riscos de ocorrências registradas nos últimos anos, considerando que destes postos estão em locais ermos, e/ou circundados por bairros e população de alta vulnerabilidade social, potencializando os riscos de ações de marginais de alta periculosidade, e danos ou furtos do patrimônio público.

Cabe registrar, ainda, que a principal missão das atividades meio e apoio operacional é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para atingir esse objetivo a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus recursos, visando a atingir a eficácia e

eficiência de suas ações. Essa difícil missão, muitas vezes, torna-se impossível de ser cumprida a contento, em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, como é o caso dos serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial.

Ademais, justifica-se a contratação por discrepância nas atribuições de servidores, do quadro de efetivos da Polícia Federal no Rio de Janeiro, de maneira que se faz necessária à contratação dos serviços em tela de forma contínua, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de profissionais e respectivos insumos necessários, e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações aplicáveis, têm por objetivo a guarda do patrimônio público, segurança da integridade física das autoridades, servidores e demais pessoas que transitam nas unidades da Superintendência Regional e Depósito de Veículos da Ilha do Governador/RJ.

A abertura de um novo processo licitatório ocorre devido a impossibilidade de renovação com a atual prestadora desse serviço, empresa VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, considerando que o prazo contratual expirará seu limite máximo, de 60 (sessenta) meses, no dia 30/11/2024.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|-------------------|-----------------------------------|
| AEDI/SR/PF/RJ | Marco Antônio Fernandes de Britto |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A partir da análise das demandas, bem como da execução de contratos anteriores da instituição, a equipe de planejamento avalia que a presente contratação precisará dispor de mão de obra com dedicação exclusiva, mas deverá atender aos requisitos abaixo listados:

Da Natureza Continuada do Serviço

Dada a necessidade, os serviços de vigilância patrimonial, não podem ser executados intermitentemente, e nesse sentido justifica-se o caráter contínuo da prestação, pois o serviço de vigilância patrimonial é auxiliar e necessário à Administração, no desempenho de suas atribuições, que se interrompidos podem comprometer a continuidade de suas atividades, sob pena de prejuízo ao interesse público e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro.

De acordo com o Acórdão do TCU nº132/2008:

Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (TCU, 2008).

Da qualificação da mão-de-obra

A partir da análise da execução dos contratos correntes, a equipe de planejamento da contratação avalia que o contrato precisará dispor de mão de obra com dedicação exclusiva, especializada e em conformidade com a legislação trabalhista, de forma a atender as necessidades diárias de cada ambiente, que são constantes e não intermitentes. A contratação ainda deverá atender aos requisitos abaixo listados, em conformidade com a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, em seu Art. 16:

- ser brasileiro;
- ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994);
- ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
- não ter antecedentes criminais registrados; e
- estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único - O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente Lei.

O quadro funcional contratado para a prestação dos serviços deverá observar o nível de escolaridade correspondente à quarta série do ensino fundamental e comprovar capacitação em Curso de Formação de Vigilantes - CVF, conforme a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983:

Para o preenchimento das vagas referentes a essas categorias profissionais deverá ser comprovada pela contratada a escolaridade mínima exigida, mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por instituição legalmente credenciada pelo Ministério da Educação;

Comprovar também a aprovação em Curso de Formação de Vigilante – CFV, o qual tem por objetivo dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacitem para o exercício da profissão de vigilante, em complemento à segurança pública, incluídas as atividades relativas à vigilância patrimonial, à segurança física de estabelecimentos financeiros e outros preparo para dar atendimento e segurança às pessoas e manutenção da integridade do patrimônio que guarda, bem como adestramento para o uso de armamento convencional e o emprego de defesa pessoal, elevando o nível do segmento da segurança privada a partir do ensino de seus vigilantes;

A comprovação da capacitação em Curso de Formação de Vigilantes se dará pela apresentação de certificado emitido por órgão devidamente reconhecido, atestando o aproveitamento satisfatório no CFV e o cumprimento de uma carga horária mínima de 200 horas/aulas. Tal comprovação será realizada a cada solicitação da contratante, cabendo à contratada recrutar, selecionar os funcionários e encaminhar toda a documentação, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para análise curricular e, se for o caso, aprovação.

Da capacitação

A empresa deverá capacitar seus funcionários no atendimento das Normas Internas estabelecidas pelo Termo de Referência, observando as orientações para critérios de sustentabilidade e de Segurança e Medicina do Trabalho.

Da Segurança do Trabalho

Cabe a empresa contratada a implantação do conjunto de normas, ações e medidas preventivas destinadas à melhora dos ambientes de trabalho, a prevenção de doenças ocupacionais e acidentes do trabalho, para proporcionar a melhor qualidade de vida no ambiente de trabalho. Deste modo, a empresa será responsável por elaborar, apresentar e zelar pelo cumprimento do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO, onde estejam contempladas tais medidas de segurança do trabalho e saúde dos trabalhadores, em conformidade com as NR nº 07 e NR nº 15. Atentando para o cumprimento dos seguintes itens:

Apresentar o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, contendo obrigatoriamente: a fundamentação legal, o objetivo, a metodologia e as diretrizes que regem o programa;

O PCMSO deverá ser apresentado até 30 dias após o início dos serviços e ser reapresentado, se verificado necessidades a qualquer momento;

Descrever as atividades do PCMSO, referente aos exames médicos ocupacionais: admissionais/demissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e encaminhamento para auxílio doença, em conformidade com a legislação vigente;

Detalhar as responsabilidades, os mecanismos de avaliação e também o reconhecimento dos riscos inerentes a cada função;

Elaborar o mapa de riscos, referente à área de atuação do funcionário no exercício de suas funções;

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança individual e coletiva adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento e os demais que se fizerem necessários para o desempenho de suas funções;

A empresa deverá ser responsável por manter e fiscalizar o uso dos EPI's e EPC's por parte dos seus funcionários, sendo o seu uso critérios de avaliação da qualidade dos serviços prestados no Índice de Medição dos Resultados – IMR;

Havendo renovação de contrato deverá ser entregue declaração de que continua validando o último PCMSO vigente apresentado;

Havendo alterações nos ambientes de trabalho, a empresa deverá apresentar novo PCMSO, a critério da fiscalização.

A empresa contratada deve ter registro junto à Polícia Federal - PF, pois é deste órgão a competência de fiscalizar e regulamentar esse tipo de atividade, cujas normas principais são: Lei nº 7.102/1983; Decreto n.º 89.056/1983; e Portaria DG/DPF n.º 3.233 /2012.

A atividade de vigilância é considerada de risco. Por esse motivo deverá ser pago o adicional de periculosidade previsto na Lei n.º 12.740/12, no grau de 30% (trinta por cento).

Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a empresa contratada o Acordo de Nível de Serviço (ANS), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea.

É responsabilidade da contratada a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente.

É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

A contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

Sustentabilidade

Visto que o objeto a ser contratado é composto pela prestação de serviços e a fim de nortear os critérios de sustentabilidade que deverão ser observados, destaca-se o Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01/2010, bem como o decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Por se tratar de uma contratação exclusiva de prestação de serviços, este objeto deverá estar alinhado com o projeto de sustentabilidade que visa promover ações com o foco ambiental, econômico e social, e com seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que visa reduzir a geração de resíduos por meio das ações as quais devem fazer parte do cotidiano de todos.

Além disso, deverão ser estimuladas as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição pautados nos seguintes pressupostos e exigências:

Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;

O Líder de Vigilância deverá atuar como facilitador das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada;

Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água; e

A Contratada deverá orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela Contratante.

A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais, equipamentos e insumos que foram utilizados na prestação de serviços.

A fiscalização técnica e administrativa dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

A contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

A contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

A contratada deverá utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel.

A contratada deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão, disponibilizando aos seus colaboradores garrafas de água e xícaras de café.

É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais, equipamentos e insumos que foram utilizados na prestação de serviços.

A fiscalização técnica e administrativa dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Acordos de Níveis de Serviços (ANS) que assegurem a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

A prestação dos serviços de vigilância prevista neste Termo de Referência segue o que determina a IN/SLTI n.º 05/2017 e o Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego - CBO - nº5173-30 (vigilante). Estes dispositivos envolvem a alocação de mão de obra capacitada por meio dos postos fixados na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro e no Depósito de Veículos na Ilha do Governador.

A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um desses itens de uniformes, materiais, insumos e equipamentos aos seus empregados.

Quando solicitado, apresentar ao CONTRATANTE a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registros e Porte das Armas" que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos.

Entregar as armas, munições e respectivos acessórios ao vigilante apenas no momento em que assumir o seu plantão.

Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados e em caso de um deles apresentar qualquer tipo de doenças no local de trabalho, deverá de imediato ser substituído por outro da mesma categoria.

Oferecer munições de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas.

Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir às operações dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

A contratada deverá apresentar a ficha cadastral e demais certidões necessárias para efetuação da investigação social de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do CONTRATANTE. Devendo, os documentos pautados serem disponibilizados a fiscalização técnica no prazo mínimo de 15 dias anteriores ao início do colaborador no contrato.

A contratada deverá selecionar possíveis coberturas de postos e entregar, para a fiscalização técnica, os documentos necessários para a realização da investigação social, visando a reposição imediata de vigilante e líder de vigilância em casos de ausência e/ou férias.

Efetuar a reposição de mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retome às instalações da contratante.

Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços.

Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do Fiscal Técnico, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas.

Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços.

A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio do CONTRATANTE, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.

Responsabilizar integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

Preparar rigorosamente os empregados que irão dar o devido suporte aos serviços, encaminhando atestados de boa conduta, certificado de cursos pautados neste Termo de Referência e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

Manter seu pessoal de apoio uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, caso necessário.

Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração.

Observar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.

Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração.

Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;

Efetuar o devido pagamento dos salários e benefícios dos colaboradores, tais como Vale Alimentação/Refeição, Vale Transporte /Combustível e entre outros.

A concessão de Vale Combustível aos postos do Depósito de Veículos na Ilha do Governador fundamenta-se em decorrência as peculiaridades na localidade, isto é, não possui Transporte Público Coletivo que passe pelas redondezas.

Reajustar os salários e benefícios dos colaboradores conforme a data estipulada na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, da CONTRATANTE.

Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão contratual.

Apresentar, independente de solicitação pela CONTRATANTE, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários e fiscais decorrentes da execução do contrato.

O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares, nem das obrigações sociais e trabalhistas.

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

Cumprir as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE.

Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados, ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês.

Cumprir a programação dos serviços periódicos, confeccionada pela fiscalização da contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos funcionários e das pessoas em geral que se façam presentes.

Orientar os vigilantes, para impedir a saída de qualquer bem patrimonial ou material de consumo das dependências do Órgão sob a responsabilidade dele (vigilante), sendo permitido somente mediante a apresentação da competente Autorização de Saída de Bens Patrimoniais e Materiais de Consumo e/ou Permanente, devidamente preenchida e assinada por servidor responsável do CONTRATANTE e conterà, indispensavelmente: a discriminação do bem, o número do tombamento, o destino, a data de saída e, quando for o caso, a data de retorno.

Durante a vigência do contrato, o coordenador da equipe, deverá realizar, no início da jornada, o Diálogo Diário de Segurança - DDS, com aproximadamente 5 minutos, quando observará se todos os funcionários estão uniformizados e de posse de seus equipamentos individuais de segurança, devendo conversar com a equipe sobre temas relacionados à prevenção de acidentes no trabalho e doença ocupacional, promoção de saúde e segurança no trabalho, em conformidade com a atividade a ser realizada.

A CONTRATADA deverá realizar capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho que estejam à disposição do Contrato, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, conforme determina a Resolução n. 98, de 20 de abril de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

A CONTRATADA deverá elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

Os postos contratados para laborar nas localidades licitadas deverão ser de dedicação exclusiva na Polícia Federal, isto é, é vetado que os vigilantes prestem serviços a outros órgãos que a contratada possua contratos firmados sem a anuência prévia da fiscalização técnica.

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

Com escritório no Rio de Janeiro (aberto ou a abrir em até 60 dias da contratação);

Cadastro no SICAF;

Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

Certidão do Portal da Transparência;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST);

Com Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação;

Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1 OU Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

PL não inferior a 1/12 da declaração de contratos.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Pleno exercício da atividade de vigilância patrimonial, conforme Art. 4º da Portaria 3.233/12-DG/DPF, com autorização de funcionamento por meio de ato do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, publicado no Diário Oficial da União - DOU.

Empresa com experiência comprovada, através de atestados de capacidade técnica, que tenha executado prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por período não inferior a 3 (três) anos, em número de postos equivalentes ao da contratação (vide Item 10.6, "c2" do ANEXO VII-A da IN 5/2017-MPDG);

As características exigidas nos atestados serão exclusivamente de serviços de vigilância, pois conforme art. 17 da Portaria 3.233/12-DG/DPF, as empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Autorização de funcionamento concedida, conforme o art. 20 da Lei nº 7.102/83.

A demanda do serviço, objeto deste estudo, contempla as necessidades do órgão, especificados na tabela abaixo, assim como a quantidade de postos para a efetiva prestação dos serviços.

Metodologia de aferição da demanda

A demanda foi estimada a partir de consulta e verificação da situação atual e através do encaminhamento do documento de formalização da demanda listados. Foram consideradas as peculiaridades das condições do ambiente, as necessidades em termos de atividades, assim como a produtividade, periodicidade e a frequência do serviço. O quantitativo de funcionários passou pelo escrutínio desta equipe de fiscalização que apurou o número de funcionários demandados, verificando suas reais necessidades de forma que estes possam oferecer um serviço eficiente.

Dos horários e locais de prestação dos serviços

Os serviços deverão ser prestados por posto diaristas, com carga horária de 44 horas semanais, e por posto plantonista, distribuídas de acordo com a demanda definida para a Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro e Depósito de Veículos, respeitadas a legislação trabalhista vigente e a convenção coletiva da categoria. Os horários previstos e os respectivos turnos estão listados abaixo, podendo haver alterações a critério da Administração.

Turnos do Posto Plantonista (12x36):

Diurno: das 7h às 19h;

Noturno: das 19h às 7h.

Turnos do Posto Diarista (44h):

Turno 1: De segunda a quinta das 7h às 17h e Sexta-feira: 7h às 16h;

Turno 2: De segunda a quinta das 8h às 18h e Sexta-feira: 8h às 17h.;

O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa contratada, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação do serviço. A frequência dos funcionários será controlada por meio de registro de ponto, nos termos da Portaria Nº 1.510, de 21 de agosto de 2009 do Ministério do Trabalho e Emprego e das legislações pertinentes. A instalação dos equipamentos, bem como o ônus de sua manutenção e conservação são de responsabilidade da Contratada e serão supervisionadas pela fiscalização do contrato. Em caso de pane nos equipamentos, fica a Contratada obrigada a reestabelecer o sistema no prazo máximo de 48h (quarenta e oito) horas.

O sistema Registrador de Ponto (relógio de ponto), deverá ser instalado em cada endereço presente neste ETP, vetando quaisquer sistema de controle de ponto biométrico por meio de tablets e smartphones.

Dos Uniformes

Para a execução dos serviços a empresa deverá fornecer os uniformes devidamente aprovados e autorizados pela fiscalização a todos os seus funcionários ao longo de todo o contrato. Além de cumprir com as normas legais, o uniforme traz outros benefícios para empresa e para os vigilantes:

- Facilita a identificação do vigilante e da empresa;
- Cria um ambiente profissional mais formal;
- Propicia aos colaboradores um sentimento de equipe; e
- Também são importantes para a segurança no trabalho, funcionando como EPI em algumas condições de trabalho.

Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes. O uniforme do vigilante é obrigatório e de uso exclusivo em serviço, devendo possuir características que garantam a sua ostensividade.

Assim, os itens que compõem o conjunto do uniforme, na quantidade prevista por empregado, estão discriminados no Termo de Referência. Além disso, todas as peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros mínimos fornecidos na tabela abaixo.

No intuito de racionalizar os trabalhos da fiscalização, a equipe entendeu que será mais vantajoso a entrega de 3 (três) conjuntos do uniforme para cada um dos seus empregados, no início da execução do contrato, devendo ser substituídos a cada ano, ou a qualquer época dentro do ano, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, quando da comprovação de desgaste excessivo das peças. Sendo seguindo as seguintes recomendações:

- Toda a mão de obra deverá estar uniformizada desde o início de suas atividades junto a CONTRATANTE;
- Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo (relação nominal), cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato;
- Todos os uniformes deverão possuir a logomarca da empresa;
- A distribuição dos uniformes será feita conjuntamente em dia único para a categoria, não podendo a Contratada, em hipótese alguma, substituir a entrega aos seus empregados de qualquer das peças que compõe o conjunto de uniforme por pecúnia;
- A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;
- Todos os ajustes e substituições necessários serão de responsabilidade da contratada e as suas despesas;
- Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações;

- Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto a tecido, cor, modelo, desde que previamente aceitas pela FISCALIZAÇÃO;
- Caso ocorra substituição do modelo, deverá ser fornecido novo uniforme a todos os funcionários;
- No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
- Não haverá distinção entre o uniforme utilizado pela vigilante e pelo vigilante.

Os vigilantes deverão apresentar-se impecavelmente uniformizados num só padrão. É parte essencial da apresentação do empregado, além do uso de uniforme de boa qualidade, a boa postura comportamental, asseio, buscando manter suas roupas sempre limpas, enfim, cuidados que visam manter um bom padrão de higiene.

Dos Crachás

É de responsabilidade da empresa contratada fornecer a todos os seus vigilantes pelo menos 1 (uma) plaqueta de identificação funcional (crachá), com suporte ou cordão, a qual deverá estar autenticada pela empresa e ter validade de 12 (doze) meses. Na impressão desta deverá conter, obrigatoriamente, além da identificação da empresa as seguintes informações:

1.

Nome do funcionário;

2.

Número da Carteira Nacional de Vigilante (CNV);

3.

Fotografia colorida em tamanho 3x4;

4.

Data de validade.

A validade da plaqueta de identificação do vigilante poderá ser aposta de forma a ser substituída a cada vencimento sem que seja necessária a reprodução de todo o documento. Como o uso do crachá é determinado pelo empregador, cabe a este fornecê-lo aos empregados gratuitamente.

No entanto, assim como toda ferramenta de trabalho, o empregador poderá estabelecer que o empregado deve, além de usar, zelar pelo crachá fornecido e utilizá-lo para a finalidade a que se destina.

5. Levantamento de Mercado

Para os materiais, uniforme e equipamentos, e conforme Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, a saber:

"Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente. Ademais, ao que é preconizado no art. 5º, incisos I e III, a pesquisa de preços fora realizada no Painel de Preços e sites especializados.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações se refiram a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso."

Para melhor compreensão, os valores obtidos através das pesquisas de preços foram consolidados em planilha específica – Mapa de Preços para Composição do Valor de Referência.

A pesquisa coletou de 03 (três) valores para cada item, utilizando-se o cálculo da média. Para tanto, a Média é obtida - somando os valores de todos os dados e dividindo a soma pelo número de dados.

Conforme a necessidade descrita neste estudo serão contratados 9 postos (15 vigilantes) para atendimento das localidades licitadas.

A planilha de custos e formação de preços fora preenchida com os valores recolhidos/indicados com base na convenção coletiva vigente, na CLT e legislação tributária, a saber:

Da remuneração: os valores referentes à remuneração foram recolhidos da convenção coletiva da categoria (29177699);

Dos encargos e benefícios mensais: foram verificados a partir dos percentuais descritos na legislação trabalhista;

Insumos: para os uniformes, materiais e equipamentos foram realizadas pesquisa de preços atendendo a prioridade de verificação no painel de preços, porém, naqueles itens em que o mecanismo retornava valores muito discrepantes dos praticados no mercado, o valor foi desconsiderado, optando-se pela pesquisa junto a fornecedores nos moldes da Instrução Normativa anteriormente mencionada;

Tributos: os tributos foram informados partindo da verificação da legislação em vigor.

Não se vislumbra no momento outro meio eficaz para a prestação dos serviços de vigilância se não por meio da terceirização de mão-de-obra, principalmente pelo fato que esse tipo de serviço só pode ser prestado por empresas autorizadas pelo órgão competente, que, no caso, é a Polícia Federal – PF.

6. Descrição da solução como um todo

As atividades de segurança patrimonial destinadas a Polícia Federal no Rio de Janeiro, mais especificamente a Superintendência Regional e Depósito de Veículos da Ilha do Governador, serão necessárias para impedir ou inibir ação criminosa, no intuito de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local. Serão executados mediante contratação de postos de trabalho em jornada de 44h semanais e 12x36 diurno e noturno, sendo a vigilância ostensiva e não ostensiva com atividade exercida no interior do Órgão, por pessoas uniformizadas com todo equipamento necessário à realização dos serviços.

A melhor solução para o objeto deste estudo é a solução por posto de trabalho contínuo, armada e desarmada. Os serviços deverão obedecer aos horários e postos estabelecidos, podendo a Contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, na forma da legislação vigente.

Ressalta-se, ainda, que a Polícia Federal no Rio de Janeiro conta com um de circuito fechado de TV (CFTV), composto de câmeras que registram todo o movimento da área de acesso e que, geralmente, é acompanhado em um centro de monitoramento presente na guarita, fazendo-se necessário o posto de vigilância 12x36 visando o acompanhamento contínuo das movimentações que ocorrem nas localizações licitadas.

A Contratada deverá manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados da Contratante. Além de disponibilizar preposto e instruí-lo quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

Integram a composição dos valores correspondentes aos empregados os custos relativos aos insumos diversos, composto pelos seguintes itens: uniformes, materiais, equipamentos e outros necessários e utilizados diretamente na execução dos serviços.

O fornecimento de produtos e serviços deve ser aferido no Índice de Medição de Resultado (IMR) que assegurem a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas. Outrossim, a demanda em serviços exige a disponibilidade de pessoal treinado e de materiais de boa qualidade para o devido provimento dos serviços.

A solução será a contratação de pessoa jurídica especializada em segurança e na prestação continuada de serviços de vigilância armada e desarmada, vigilância patrimonial mediante uso de arma letal, incluindo o fornecimento de uniformes e equipamentos visando atender às demandas da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro e Depósito de Veículos da Ilha do Governador, quanto à guarda dos bens públicos e de suas instalações, bem como na segurança das pessoas que trabalham nestes locais e do público em atendimento.

Tendo em vista a peculiaridade da contratação de mão-de-obra qualificada de vigilantes armados e desarmados, a necessidade permanente da Administração não adotará o parcelamento da solução.

A empresa contratada terá que alocar nos postos do contrato profissionais com no mínimo 6 (seis) meses de experiência, com idoneidade moral comprovada, e com habilitação técnica certificada.

Os profissionais receberão treinamentos para conhecer as normas da Polícia Federal a fim de cumpri-las e fazê-las cumprir quanto ao aspecto da segurança institucional. Haverá treinamento para operar sistemas eletrônicos de monitoramento, pórticos detectores de metal e entre outros procedimentos.

Assim, cumprindo-se as exigências do contrato tanto no aspecto administrativo como técnico-operacional, atingir-se-ão os objetivos esperados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O Anexo VI-A referente a Serviços de Vigilância contido na IN nº 05/2017, estabelece escalas de trabalho que devem ser preferencialmente adotadas para o posto de vigilância. Segue abaixo as escalas de trabalho que serão utilizadas nesta prestação de serviços:

- 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo **2 (dois)** vigilantes;
- 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo **1 (um)** vigilante líder;
- 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo **6 (seis)** vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;
- 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo **6 (seis)** vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.278.233,33

Conforme a tabela resumo abaixo, temos os seguintes valores referenciais para a contratação extraídos da Planilha de Composição de Custos em anexo:

| GRUPO | ITEM | ESPECIFICAÇÃO | LOCALIDADE | CATSER | QTDE POSTOS | QTDE VIGILANTES | VALOR UNITÁRIO MENSAL | VALOR TOTAL EM 30 MESES |
|-------|------|---|-----------------|--------|-------------|-----------------|-----------------------|-------------------------|
| | 1 | Posto de Chefe de Turma, 44h diurnas, 5 dias por semana (segunda a sexta) | SEDE (SR/PF/RJ) | 23507 | 1 | 1 | R\$ 10.284,81 | R\$ 308.544,31 |
| | 2 | Posto de 44h diurnas, 5 dias por semana (segunda a sexta) | SEDE (SR/PF/RJ) | 23507 | 2 | 2 | R\$ 9.531,00 | R\$ 561.060,17 |
| | | | | | | | | |

1

| | | | | | | | |
|-------------------|--|----------------------|-------|---|---|------------------|------------------|
| 3 | Posto de Vigilância Armada, 12h diurnas, 7 dias por semana, das 07:00 às 19:00 horas - com intrajornada, escala 12x36 | SEDE (SR/PF/RJ) | 23809 | 1 | 2 | R\$ 8.988,0 | R\$ 539.327,90 |
| 4 | Posto de Vigilância Armada, 12h noturnas, 7 dias por semana, das 19:00 às 07:00 horas - com intrajornada, escala 12x36 | SEDE (SR/PF/RJ) | 23833 | 1 | 2 | R\$ 9.948,03 | R\$ 596.881,72 |
| 5 | Posto de Vigilância Armada, 12h diurnas, 7 dias por semana, das 07:00 às 19:00 horas - com intrajornada, escala 12x36 | DEPÓSITO DE VEÍCULOS | 23809 | 2 | 4 | R\$ 8.988,80 | R\$ 1.078.655,80 |
| 6 | Posto de Vigilância Armada, 12h noturnas, 7 dias por semana, das 19:00 às 07:00 horas - com intrajornada, escala 12x36 | DEPÓSITO DE VEÍCULOS | 23833 | 2 | 4 | R\$ 9.948,03 | R\$ 1.193.763,44 |
| TOTAL MENSAL | | | | | | R\$ 142.607,78 | |
| TOTAL EM 12 MESES | | | | | | R\$ 1.711.293,33 | |
| TOTAL EM 30 MESES | | | | | | R\$ 4.278.233,33 | |

Tabela I - Resumo da Contratação

Conforme discriminado na Tabela I - resumo da contratação, serão contratados 15 (quinze) vigilantes, para a Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro e Depósito de Veículos na Ilha do Governador/RJ. Os valores levantados pela equipe deste estudo, para calcular os preços estimados da futura licitação foram dimensionados utilizando-se da nova planilha de formação de preços indicada na IN 05/2017, cujos módulos foram reajustados em relação à antiga IN 02/2008.

Com a escolha do tipo de prestação do serviço de vigilância armada, desarmada, diurna e noturna que englobará juntamente com a mão de obra contratada os materiais e equipamentos inerentes à execução dos serviços, a estimativa de preço será baseada no valor da mão de obra, terá conformidade com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária, bem como os benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho. Com a definição do número de postos e suas especificações por cada tipo de posto foi possível quantificar o número de Vigilantes e Chefe de Turma.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

O objeto da contratação será composto por 06 itens, de preço total orçado pela administração. Para fins de classificação, será considerado o menor preço. Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípuo da licitação.

A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados. Portanto, a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

Neste sentido, esclarecemos que nossa análise aponta para o **NÃO PARCELAMENTO** do objeto. Visando a existência de apenas 1 (um) grupo neste processo e as peculiaridades do serviço, não sendo viável a fragmentação dos postos para empresas distintas. Vale salientar que o não parcelamento do objeto contribui com a redução de custo administrativo de gerenciamento de todo processo de aquisição durante a execução contratual.

Ressalta-se ainda a importância e relevância da segurança orgânica dentro instituição da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro e Depósito de Veículos na Ilha do Governador/RJ, a qual pode ser comprometida com a alternância entre CONTRATADAS nas trocas de turnos nos postos de vigilância.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram encontradas Contratações Correlatas e/ou Interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Considerando o Plano Estratégico da Polícia Federal, a presente contratação está alinhada com o Objetivo Institucional de consolidar o conjunto de práticas gerenciais voltadas ao cumprimento da missão institucional do órgão, com a finalidade de estabelecer um modelo de tomada de decisão a respeito de: planejamento estratégico, riscos e controles internos, integridade, transparência, políticas públicas e recursos de TIC, contratações e pessoal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados esperados pela contratação dos serviços de vigilância culminam na segurança patrimonial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro e Depósito de Veículos da Ilha do Governador, conforme planejamento de postos localizados estrategicamente. Foram avaliados na contratação ainda vigente, a necessidade de cada posto, sua localização e se havia possibilidade de alteração do quantitativo de postos. Para a adequada aferição dos resultados foi confeccionado nos termos da IN 05/2017, o Índice de Medição de Resultados (IMR), que avalia a qualidade dos serviços e implicam em variáveis que estão sob controle da administração e permitem a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados. Tudo isso, no intuito de proporcionar o melhor investimento, com o devido cuidado e/ou aproveitamento dos recursos humanos e materiais alocados na contratação.

13. Providências a serem Adotadas

Não foi constatado pela equipe de planejamento a necessidade de adequação do ambiente do Órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Critérios de Sustentabilidade

Faz-se necessária a adoção de medidas tendentes a diminuir o impacto que a contratação do serviço em tela ocasionaria. Por tal razão, como diretriz no planejamento da contratação, torna-se imprescindível considerar critérios e práticas de sustentabilidade. Dessa forma, e também em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI MPOG, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade, na execução dos serviços, no que couber:

Uso racional de recursos:

A empresa contratada deverá adotar critérios para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;

A empresa contratada deverá utilizar equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo, submetendo-os ao fiscal do contrato quando do início dos serviços e nas substituições;

A empresa contratada deverá realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos e evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;

Os funcionários encarregados, a partir das instruções recebidas durante o treinamento citado neste estudo, deverão atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da CONTRATADA, esperadas com essas medidas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Trata-se de continuidade dos serviços do atual contrato de vigilância patrimonial

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação (33918685)

VANDERSON BERNARDES DA SILVA

Equipe de apoio

Despacho: Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação (33918685)

MARCO ANTONIO FERNANDES DE BRITTO

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha de Composição de Custos 28-03-24.xlsx (118.19 KB)